



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/07/2016 - Sinttel-ES

Diretoria do Sinttel-ES 2016/2019 toma posse



Marcelo Chagas

Nesta-feira, dia 27 de julho, foi um dia especial para o Sindicato capixaba dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (Sinttel-ES). A nova diretoria, eleita para o mandato de 4 anos foi empossada. Uma análise de conjuntura política e sindical feita pelo Jornalista e Consultor Político da CUT, CNTE, AFUSE, APEOESP, SINTE/SC, SINDIUPES e Secretário de Finanças do INFAP – Instituto de Formação e Ação Política, Marcelo Chagas, qualificou o debate sobre os desafios e rumos das lutas sindicais a serem travadas nesse momento político em que o Brasil vive.

O golpe político institucional ao mandato legítimo da Presidenta Dilma Rousseff; o projeto político do Partido dos Trabalhadores, que nos últimos 14 anos instituiu políticas públicas e distribuiu renda para a população mais carente, elevando a qualidade de vida de milhões de brasileiros – mas que não conseguiu fazer as reformas estruturais que o país precisa; e os Projeto de Lei já aprovados pelos golpistas e os que estão para serem votados no Congresso Nacional, que retiram e ameaçam os direitos da classe trabalhadora, foram destaques nas considerações do Marcelo.

Chagas fez questão de falar de Poder e Gestão, se referindo às dificuldades enfrentadas pelos governos de Lula e Dilma diante das alianças com os partidos para a governabilidade. O PMDB que orquestrou o golpe político e seus líderes na farsa do impeachment mereceram um capítulo à parte.

Com essa pergunta, Marcelo destacou a crise econômica no mundo e que está ancorada na China, o governo interino de Michel Temer que é “o velho travestido de novo”, porque repete as políticas neoliberais do governo de FHC, da entrega do Pré-Sal às empresas internacionais, da privatização do que resta das empresas públicas, dos retrocessos trabalhistas e sociais.

Dentre as medidas absurdas do projeto do presidente golpista Michel Temer “UMA PONTE PARA O FUTURO”, Marcelo citou: Restrição aos subsídios da política industrial; Não utilização do excesso de rendimentos do FGTS para projetos sociais como o Minha Casa, Minha Vida, Pro-Uni, Pronatec, Fies; Concentração de políticas para apenas os 10% mais miseráveis da população; Desvinculação as Receitas da União (já aprovado pelo Congresso, permitindo fazer do orçamento do que quiser); Instituição do Orçamento “BASE ZERO”, no qual determina que um COMITÊ INDEPENDENTE avalie os programas estatais a cada ano e determine se o ele continua ou não; Instituição de uma AUTORIDADE ORÇAMENTÁRIA que reúna Executivo e Legislativo para definir quais serão os programas públicos (o que significa em outras palavras um parlamentarismo); e a Repactuação das Dívidas dos Estados (PLP 257/2016), que atacam os direitos dos servidores públicos.

ALGUNS IMPACTOS IMEDIATOS PARA O POVO!!

PROPOSTA	O QUE ACONTECE COM O TRABALHADOR?
Ampliar a idade mínima para a aposentadoria: 65 anos para os homens e 60 para as mulheres, com atualização segundo a expectativa de vida.	Desconsidera que o mercado de trabalho brasileiro é marcado pelo ingresso precoce, ainda na juventude. Desconsidera que o Brasil tem características bastante heterogêneas no que diz respeito à expectativa de vida em suas diferentes regiões. Esta em debate regras de transição x vale só para quem entrar no mercado de trabalho agora
Desvincular o piso da aposentadoria do salário mínimo.	Um trabalhador aposentado poderá receber menos do que o salário mínimo vigente.
Permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais.	Em momentos de crise, e/ou em que a ação sindical fica mais fragilizada, isso poderia levar a implementação de medidas que reduzem os direitos previstos na CLT. Esse cenário é ainda mais negativo porque a legislação brasileira sobre negociação coletiva e estrutura sindical engessa a ação dos sindicatos e a organização dos trabalhadores.
Regulamentar a terceirização para garantir um “ambiente seguro” para empresas e evitar possíveis passivos trabalhistas. (AB)	A regulamentação da terceirização significa reduzir direitos dos trabalhadores.
Atualização das regras trabalhistas para tornar o setor industrial mais competitivo (TS)	Retirada de direitos previstos na CLT (vide proposta CNI)

Mas o que nos espera?

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

PLP 257/2016



Watson, Edila, Mamedi, Raquel, Luiza, Melissa, Roberto

Marcelo alertou para a importância da Central Única dos Trabalhadores – junto com seus sindicatos filiados – em resistir e brecar esse projeto de governo. Foi enfático em afirmar que PLP 257/2016 que trata da renegociação das dívidas dos Estados com a União, impõe aos Estados e Distrito Federal que repactuem suas dívidas, o corte de 10% as despesas mensais com cargos comissionados, impede aumento de salários ou vantagens para os servidores a qualquer título, suspende a contratação de pessoal, exceto reposição de pessoal nas áreas de educação, saúde e segurança e de cargos de chefia e direção que não acarretem aumento de despesa e veda a edição de novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem gastos. Para Chagas isso se refletirá em precarização do serviços públicos e afetará toda a sociedade e, principalmente a classe trabalhadora.

MP 727

Outra ação, em curso, e que ataca os direitos dos trabalhadores é a MP 727, que recria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, com retorno ao processo de desestatização da economia conduzido por Fernando Henrique Cardoso, entregando para a iniciativa privada as empresas estatais que interessarem ao capital privado. A MP agrega a integralidade da Lei nº 9.494 de 1997, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (aquela que garantiu a pri-

vatização criminosa da Companhia Vale do Rio Doce, Eletropaulo e Telebrás, por exemplo). A Medida ainda aprofunda e consolida a tese do ESTADO MÍNIMO, através de um falso discurso de “reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público”. Marcelo explicou as diferenças desse projeto entreguista, que discrimina a população, com o projeto de redução da pobreza e distribuição de renda, implantado por Lula e continuado por Dilma.



Alex, Roberto, Marcelo e Rita



Mamedi, Raquel, Luiza e Melissa

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757



Magno, Sereno e Antonio Carlos



Rita, Nilson, Ilmo e Vanderlei



Silvia, Alex, Roberto, Rita, Nilson, Atrás – Rosalém, Estela e Provedel



Vanderlei, Leão, Biluca, Roberto e Magno

PL 4567

Esse projeto retira a exclusividade da Petrobras em exploração do Pré-sal e abre a exploração para empresas multinacionais. É uma espécie de privatização das reservas dessa que foi a maior descoberta de petróleo dos últimos quatro séculos.

Após essa apresentação que prendeu a atenção de todos os/as diretores/as, seguiu-se um debate e a tarefa importante que os sindicatos têm diante dessa realidade.

A comunicação do Sinttel

A jornalista sindical Tânia Trento, responsável pelo desenvolvimento da política de comunicação do Sinttel, apresentou um relatório do trabalho realizado ao longo de sete anos, objetivando envolver toda

a diretoria. Foi apresentado o website, a página do Sinttel-ES no Facebook e a importância da mídia nas redes sociais.

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Estrutura do Sinttel-ES

Na parte da tarde, o presidente Nilson Hoffmann fez uma apresentação da base de sindicalizados e das empresas que hoje celebram Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, da arrecadação do Sinttel com as contribuições sindicais de filiados e também do imposto sindical.

As diretoras do Sindiupes, Noemia Simonassi, Meri Bitencourt Dias e Catarina Stinghel prestigiaram a posse da diretoria do Sinttel.

Ao final foi feita a assinatura do termo de posse da diretoria e uma despedida do diretor Wilson Leão, que deixa a direção para se dedicar à Aspases – Associação dos Aposentados e Pensionistas do Setor de Telecomunicações.



Watson



Edila



Mamedi



Luiza



Raquel



Melissa



Silvia



Roberto



Alex



Marcelo



Rita



Rosalém



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757



Provedel



Ilmo



Vanderlei



Biluca



Roberto



Magno



Serenó



Toninho



Diretoria do Sinttel-ES mandato 2016/2019

01/08/2016 - Carta Capital

IstoÉ condenada pela Justiça a dar direito de resposta a Dilma

Trata-se da primeira vitória da presidenta Dilma contra IstoÉ, que em 1º de abril deste ano, deu capa para a reportagem 'Uma presidente fora de si'.

A assessoria de imprensa da presidenta Dilma Rousseff informa ela ganhou o direito de resposta na Justiça Cível de Brasília, em ação movida pela Advocacia Geral da União, contra a revista IstoÉ. Trata-se da primeira vitória da presidenta Dilma contra IstoÉ, que em 1º de abril deste ano, deu capa para a reportagem "Uma presidente fora de si", assinada por Débora Bergamasco e Sérgio Pardellas. A Justiça condenou IstoÉ em processo que corre no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

A revista terá de conceder o mesmo destaque, espaço, diagramação e publicidade, conforme o dispositivo da Lei 13.188/15.

"Sem prejuízo do direito inalienável à opinião e à crítica, quando a imprensa divulga, em seu espaço destinado a notícias, informações fidedignas e previamente verificadas, presta um serviço fundamental à democracia e à cidadania. No entanto, quando distorce ou inventa fatos e ofende pessoalmente aqueles que acusa, incorre em crime contra a honra e, no limite, contra o Estado Democrático de Direito", afirma a presidenta Dilma.

A juíza Tatiana Dias da Silva, da 18ª Vara Cível de Brasília, reconhecendo o direito de resposta que a revista será obrigada a conceder. "O direito de resposta é garantido constitucionalmente no art. 5º, V: 'é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem'", destaca a juíza.

Na sentença, a juíza destaca que embora o alvo de IstoÉ seja a presidente da República, isso "não autoriza qualquer meio de comunicação a divulgar deliberadamente quaisquer informações escondendo-se sob o manto do direito de informação, uma vez que



tal direito tem que ser guiado pela veracidade do conteúdo publicado". Segundo a juíza, "o direito de resposta é pautado tanto pela ampla defesa quanto pelo direito público à informação verídica".

Os advogados da presidenta pretendem mover outras ações

contra a revista IstoÉ, por novas publicações consideradas ofensivas contra a honra de Dilma e da família da presidenta, que foram alvo de duas outras reportagens publicadas em julho. Utilizando-se de ilações e factoides, a revista disse que a família de Dilma teria recebido ilegalmente segurança e carros, no que consistira um abuso.

Na realidade, o dispositivo de segurança extensivo à família da presidenta e do vice-presidente da República é uma exigência da lei. Por conta dessas duas últimas reportagens, IstoÉ será processada cível e criminalmente por infâmia, ofensa e calúnia.

"É o que julgo ter acontecido com a 'reportagem' veiculada pela revista IstoÉ, em sua edição que veio a público no dia 1º de abril de 2016. Utilizo aspas na palavra reportagem porque entendo que aquilo que foi publicado é menos do que isso. O texto, a edição e a escolha das fotos revelam uma estória falsa, eivada de agressões misóginas e machistas", reforça.

"A 'reportagem' de capa desta revista me ofende, sem dúvida, por me atribuir comportamento que não condiz com minha atitude pessoal e meu temperamento. Insulta a figura institucional da Presidência da República. Estende a agressão a todas as mulheres brasileiras, guerreiras que, no seu dia a dia, enfrentam duras batalhas, muitas vezes em jornadas de trabalho duplicadas pela necessidade de cuidar da família e dos filhos, em busca de sua autonomia e de seu justo espaço na sociedade", afirma Dilma.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/08/2016 - Convergência Digital

Fundo volta a pedir assembleia para retirar portugueses da Oi

O fundo de investimentos Société Mondiale, gerido pelo empresário Nelson Tanure, voltou a pedir   Oi que marque assembleia geral com o objetivo de discutir o destino dos sócios portugueses da operadora, fruto da malsucedida fusão com a Portugal Telecom.

Em novo apelo protocolado na sexta-feira, 29/7, o fundo volta a mirar no ex-presidente da empresa, Zeinal Bava, e em diretores indicados pela PT, que passou a se chamar Pharol: Shakhaf Wine, Henrique Manuel Fusco Granadeiro, Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos, Rafael Luis Mora Funes, Luis Maria Viana Palha da Silva, João Manuel Pisco de Castro, Pedro Za artu Gubert Moraes Leitão, Francisco Ravara Cary, e Jorge Telmo Maria Freire Cardoso.

O documento inclui o pedido de anula o da assembleia da Oi que, em 26 de março de 2015, deu

prosseguimento ao acordo de fusão com a PT, apesar do calote de quase 900 milhões de euros da Rioforte, empresa do mesmo grupo econ mico da operadora portuguesa.

O Société Mondiale quer, ainda, que a assembleia autorize a abertura de a o de "repara o de danos" contra os mencionados diretores "em razão da contribui o, comissiva ou omissiva, de cada um para a consuma o dos danos causados   Oi". Da mesma forma, busca processar ainda o banco Santander, que foi o avaliador dos ativos que supostamente a PT aportaria no negócio.

Segundo a Oi, "o Conselho de Administra o está avaliando o requerimento de convoca o de Assembleia apresentado e se manifestar  sobre a matéria dentro do prazo previsto na Lei das S.A".

31/07/2016 - Vermelho

Agenda da CNI para a crise: 30 anos de retrocesso em 3

Pautada pela ideologia neoliberal, a Agenda da CNI prevê retirada de direitos sociais e garantias fundamentais, corte de gastos públicos com políticas sociais, impactos na arrecada o federal e estadual e privatiza o do Estado brasileiro.

No contexto da crise, a Confedera o Nacional da Indústria (CNI) apresentou uma "Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018". Nossa proposta   analisar criticamente pontos específicos dessa Agenda, uma vez que "  preciso repensar o Estado sem ser um neoliberal".

Pautada pela ideologia neoliberal, a agenda da CNI pode ser resumida em quatro frentes: i) retirada de direitos sociais e garantias fundamentais; ii) corte de gastos públicos correntes com políticas sociais; iii) impactos na arrecada o federal (compensaa o de créditos entre tributos federais) e estadual (convalida o do ICMS); e, iv) privatiza o do Estado brasileiro.

Na sua essência, as propostas da CNI para a crise

2016-18 são: i) conter o déficit fiscal pelo controle do gasto, desvincular receitas e rever despesas; ii) terceiriza o e negocia o coletivas; iii) ampliar o prazo de recolhimentos de tributos; iv) acelerar o processo de concessões ao setor privado na infraestrutura; v) sustar ou alterar a NR n  12 do Ministério do Trabalho que estabelece medidas de segurança e higiene do trabalho; e, vi) permitir a compensa o de créditos entre tributos federais e convalidar os incentivos fiscais do ICMS.

Destacam-se ainda a proposta antissocial de reformar a Previdência, com, por exemplo, a desvincula o do valor dos benefícios previdenciários do salário mínimo. Do conjunto de propostas, digamos que a única "social progressista"   priorizar as exporta o como motor do crescimento, embora o motor do crescimento seja a economia doméstica.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/284357-1>

01/08/2016 - Vermelho

Quem combate contra carga tributária é quem menos paga imposto



Todo especialista do setor tributário sabe que o Brasil precisa urgentemente de uma reforma em seu sistema de cobrança de impostos e tributos, porque ele é um dos mais injustos do planeta. O sistema tributário brasileiro tem como base o consumo, e não a renda, punindo assim os mais pobres e aliviando os mais ricos.

“Proporcionalmente, pobres e a classe média pagam mais impostos do que as pessoas mais ricas e, entre elas, os super-ricos são os que menos pagam imposto no Brasil”, explica Grazielle David, assessora política do Inesc, em entrevista concedida à revista Apuro.

“Quanto mais você tributa o consumo, mais penaliza os pobres porque o tributo é igual independentemente de qual seja a sua renda. Quem ganha um salário mínimo gasta praticamente tudo em consumo e está sendo fortemente tributado de forma direta.”

Grazielle tira a máscara de campanhas como a da Fiesp contra o aumento de impostos, lembrando que carga tributária não é determinada por quanto se quer pagar de impostos, mas pela necessidade da população. “As pessoas querem saúde pública, educação pública, transporte público? Então é preciso

ter uma carga tributária mais alta, é a única forma de garantir isso.”

O problema, afirma Grazielle, não é bem a carga tributária ser ou não alta, mas sua desproporcionalidade - ou como ela se distribui por quem tem mais ou menos recursos. E em geral, quem mais grita contra os impostos são justamente os que mais sonégam.

“Quem propaga o discurso de que a carga tributária é alta é justamente quem menos paga imposto no Brasil. Quem de fato está sentindo o peso da carga tributária são os pobres, mas que precisam do Estado fazendo política pública. É uma situação desesperadora porque eles não podem querer a diminuição da carga, mas aguentam o peso praticamente sozinhos. Enquanto se fica nesse discurso, estamos inviabilizando o discursomais importante que é sobre a má distribuição da carga.”

Na entrevista, Grazielle também falou sobre campanhas cínicas como a do pato da Fiesp e a necessidade de o Brasil implementar o imposto sobre grandes fortunas e heranças, além de outras medidas para melhorar a tributação no país.

Leia um trecho da entrevista:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/284400-1>